



Isabel Cecília de Oliveira Bezerra

Prefácio

Min. José Antonio Dias Toffoli

Suspensão de Tutelas Jurisdicionais contra o Poder Público

Atualizado pela recente Lei nº 12.016, de 7.8.2009

Área específica

Direito Processual Civil Público

Área afim

Direito Público

379 páginas

ISBN 978-85-7700-245-0

Formato: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

O presente livro aborda, de modo aprofundado, o que se conhece, sem rigor científico, por *suspensão de segurança*, nome que se atrela à origem do instituto, vinculada que foi ao mandado de segurança, e à necessidade então surgida, de que os efeitos de decisões judiciais nele exaradas fossem provisoriamente suspensos diante de interesses públicos que exigiam pronta e imediata proteção.

Nos dias de hoje, as pessoas jurídicas de direito público ou a estas equiparadas, para resguardar interesses públicos primários, podem postular judicialmente a suspensão dos efeitos normais da execução provisória de determinadas tutelas jurisdicionais, sendo o referido instituto jurídico-processual disciplinado por diversos diplomas normativos, dentre os quais as leis nº 1.533/51, nº 4.348/64, nº 8.038/90, nº 7.347/85, nº 8.437/92, nº 9.494/97, nº 9.507/97 e a recente Lei nº 12.016/2009.

O estudo partiu de longa pesquisa efetuada pela autora desde o ano 2000, através do levantamento bibliográfico integral do escasso tema, consulta e análise da jurisprudência, levantamento dos dados estatísticos do Poder Judiciário, e da sua experiência pessoal como Assessora de Desembargador e membro da Advocacia-Geral da União, com especial atuação no ajuizamento de pedidos de suspensão.

O trabalho, desde a sua apresentação no âmbito da Universidade Federal do Ceará, tem obtido o reconhecimento do seu valor científico pelo meio acadêmico mais qualificado, e incentivado os estudos e a produção científica sobre o tema em todo o país.

Isabel Cecília de Oliveira Bezerra

Mestre e Especialista em Direito Processual pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Advogada da União na Procuradoria Regional da União (5ª Região), e na Procuradoria da União no Estado do Ceará, onde atualmente coordena a Divisão de Ações Relevantes. Ex-assessora de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Ex-Delegada Estadual e Ex-Diretora Administrativa suplente da Associação Nacional dos Advogados da União (ANAUNI). Ex-Representante da Escola Superior da Advocacia-Geral da União no Estado do Ceará. Professora de Direito Processual Civil e de Direito Civil do Curso de Direito da Faculdade 7 de Setembro (FA7). Professora de Pós-Graduação em Direito Processual Tributário do Curso de Contabilidade da FA7. Professora de Pós-Graduação em Direito Processual Civil da UFC/Cetrede/Justiça Federal. Coordenadora e Professora no Curso de Especialização em Direito Processual da FA7.

Sumário

Prefácio

Min. José Antonio Dias Toffoli

Introdução

Capítulo 1

Considerações preliminares

Capítulo 2

Previsão normativa

Capítulo 3

Tratamento doutrinário e jurisprudencial

Capítulo 4

Direito comparado

Capítulo 5

Hipóteses de cabimento

Capítulo 6

Natureza jurídica

Capítulo 7

Processamento do pedido de suspensão

Capítulo 8

Pressupostos materiais para o deferimento do pedido de suspensão

Conclusões

Informativo de legislação

Referências

APÊNDICE: Proposta de reformulação legislativa

Índice